RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 27 de Julho de 2025

Governador Mauro Mendes Nega Retaliação Política na Demissão de Luluca Ribeiro e Reafirma Aliança com MDB

MDB X governo do Estado

Pablo Rodrigo A Gazeta

O governador Mauro Mendes (União) afirmou que a demissão do ex-secretário de Agricultura Familiar (Seaf), Luluca Ribeiro (MDB), não foi uma retaliação política e espera que o MDB continue na base aliada de seu governo.

“Por enquanto posso afirmar categoricamente que não foi por retaliação política. Este governo nunca tomou decisões por questões políticas. Em cinco anos nunca houve esse movimento, nem de pressão que eu aceitasse e muito menos pressão para exonerar ou coisa nesse sentido”, disse o governador nesta segunda-feira (29).

Sobre a possibilidade de um rompimento com o MDB, Mendes acredita que isso não ocorrerá e revelou que já conversou com algumas lideranças do partido. “Não, acho que o MDB está tranquilo, é um partido aliado nosso e espero que continue aliado. Conversei com alguns [líderes] e o Fabio Garcia deve ter conversado com outros”, revelou.

Em relação ao fato de que Luluca Ribeiro soube de sua demissão pela imprensa, Mendes afirmou que a Casa Civil tinha a responsabilidade de informá-lo, mas que o vice-governador Otaviano Pivetta (Republicanos) já havia solicitado que ele pedisse demissão. “A Casa Civil tinha a função de fazer isso. E ele foi avisado pelo vice-governador que é quem está comandando, que inclusive pediu a ele que pedisse exoneração e ele não o fez. Por isso foi demitido”, completou.

Sobre a investigação na Controladoria Geral do Estado (CGE) acerca de um possível superfaturamento em compras na pasta, Mendes disse que não está a par. “Se existe investigação, ela não é conduzida pelo gabinete do governador, ela é conduzida, se existe, pelos órgãos de controle”, pontuou.

“A CGE conduz algumas dezenas de análises, ela não faz investigação, faz um processo de controladoria. Controladoria não é investigação. Ela verifica aderência a processos do governo em todas as secretarias, áreas de gestão, aos princípios da administração pública. Isso não é uma investigação, é um processo de auditoria e é normal. E lá temos dezenas sendo conduzidas e eu não tomo ciência de nenhuma delas, porque isso é um trabalho rotineiro da CGE”, finalizou.

As suspeitas são de que os sobrepreços teriam ocorrido em compras com recursos de emendas parlamentares.